

Ofício Nº 17 G/SG/AFEPA/SAOM/SAMP/PARL

Brasília, 17 de maio de 2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 290 (SF), pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento nº 899/2023, de autoria dos Senadores Alan Rick (UNIÃO/AC) e Sergio Moro (UNIÃO/PR), em que requerem "informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca do posicionamento do governo brasileiro sobre os ataques do grupo terrorista islâmico Hamas contra Israel", presto os seguintes esclarecimentos.

#### PERGUNTAS 1, 2 E 3

"Qual o posicionamento oficial do governo brasileiro sobre o ataque surpresa sem precedentes a Israel pelo grupo terrorista Hamas?"

"O Brasil condena os ataques terroristas promovidos contra civis israelenses, entre eles mulheres e crianças?"

"Por que não há até o momento nenhuma declaração do governo brasileiro condenando o Hamas por suas ações?"

#### RESPOSTA ÀS PERGUNTAS 1, 2 E 3

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Rogério Carvalho  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

2. O Brasil defende uma ordem internacional amparada no estrito cumprimento do direito internacional e tem o repúdio ao terrorismo como um dos princípios constitucionais que guiam suas relações internacionais. Nesse sentido, o governo brasileiro manifestou, em diversas ocasiões e em diferentes níveis, condenação veemente aos ataques perpetrados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023. Para referência, seguem, abaixo, alguns exemplos de manifestações do governo sobre o tema:

- Postagem do Senhor Presidente da República, na rede social "X", ainda no dia 7/10/2023: "Fiquei chocado com os ataques terroristas realizados hoje contra civis em Israel, que causaram numerosas vítimas. Ao expressar minhas condolências aos familiares das vítimas, reafirmo meu repúdio ao terrorismo em qualquer de suas formas".
- Proposta brasileira de Resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 18/10/2023: o texto "rechaça e condena de forma inequívoca os hediondos ataques terroristas, perpetrados pelo Hamas em Israel a partir de 7 de outubro de 2023, e a tomada de reféns".
- Cúpula da Paz do Cairo, em 21/10/2023: em minha intervenção, afirmei que "o governo brasileiro rejeita e condena, de maneira inequívoca, os atos terroristas perpetrados pelo Hamas em Israel no dia 7 de outubro, assim como a captura de civis como reféns".
- Reunião Extraordinária de Líderes do BRICS sobre a Situação no Oriente Médio, com particular referência a Gaza, em 21/11/2023: em sua intervenção, o

Fls. 3 do Ofício Nº 17 G/SG/AFEPA/SAOM/SAMP/PARL

Senhor Presidente da República recordou que "o Brasil condenou de maneira veemente os ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro contra o povo israelense".

3. Ainda a esse propósito, no contexto das audiências públicas realizadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 18/10/2023 e 14/3/2024, reiterarei a condenação aos ataques perpetrados pelo Hamas.

#### PERGUNTA 4

"Por que o governo brasileiro não reconhece - a exemplo dos Estados Unidos, da União Europeia e de diversos outros países - o Hamas como um grupo terrorista? Há algum procedimento neste sentido em andamento no Itamaraty?"

#### RESPOSTA À PERGUNTA 4

4. O Brasil não mantém lista própria de grupos terroristas e observa as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o tema, que, por sua vez, não considera o Hamas como grupo terrorista.

#### PERGUNTA 5

"Como Presidente do Conselho de Segurança da ONU, quais providências o Brasil pretende tomar no sentido de contribuir com o fim dos conflitos no oriente Médio?"

#### RESPOSTA À PERGUNTA 5

Fls. 4 do Ofício Nº 17 G/SG/AFEPA/SAOM/SAMP/PARL

5. Na presidência do Conselho de Segurança, durante o mês de outubro de 2023, o Brasil conferiu grande prioridade ao conflito israelo-palestino, com a realização de diversas reuniões e debates em alto nível, além da apresentação de projeto de resolução, com vistas a promover ação multilateral que contribuísse para a proteção de civis e para o equacionamento pacífico do conflito.

6. A atuação externa do Brasil, inclusive no âmbito da ONU, pauta-se pelos princípios constitucionais de defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. A posição tradicional do Brasil sobre a questão israelo-palestina baseia-se no firme apoio à solução de dois Estados e no respeito ao direito internacional e às resoluções pertinentes das Nações Unidas. O governo brasileiro não vislumbra a possibilidade de solução militar para o conflito e defende a retomada de negociações que levem em conta as legítimas aspirações de Israel e Palestina, como única forma de se alcançar solução duradoura para a questão.

Atenciosamente,

MAURO VIEIRA  
Ministro de Estado das Relações Exteriores